



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007148-06.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória**
 Requerente: **Celina Teresa Teixeira de Godoi**
 Requerido: **Eliana Terezinha Morette de Lara e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

CELINA TERESA TEIXEIRA DE GODOI ajuizou a presente **AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA c/c PEDIDO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA** em face de **CELINA TEREZINHA MORETTE DE LARA e RONEY DE LARA**, alegando, em suma, que adquiriu dos réus o imóvel localizado na Rua 28 de Setembro, 1383, Jardim Cardinalle, matriculado sob o nº 70.761 em 15.12.2004, tendo integralizado o pagamento. Alega que não consegue proceder com o registro do título de compra e venda do imóvel, em razão dos requeridos se esquivarem de suas responsabilidades. Assim, requer a adjudicação do imóvel.

Juntou documentos (fls. 15/35).

Devidamente citados (fls. 51 e 59), os réus não apresentaram contestação (fls. 60).

Fundamento e DECIDO.

O pedido é procedente.

Citados, os requeridos deixaram de contestar o pedido, operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, II, do CPC, a outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo código.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Verifica-se que estão preenchidos os requisitos próprios a esta modalidade de ação. Lastreia-se a pretensão no instrumento particular de fls. 15/19 pelo qual, em 15.12.2004, a autora adquiriu dos réus o imóvel objeto da matrícula nº 70.761 do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos desta Comarca (fl. 28/29).

Documento de fls. 20 comprova a quitação do pagamento acordado entre as partes.

Destarte, uma vez pago o preço, devem os vendedores outorgar a escritura definitiva para que a compradora possa levá-la ao correspondente registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do NCPC, para adjudicar à parte autora o imóvel registrado sob a matrícula nº 70.761. Esta sentença valerá, depois de transitada em julgado, como título para a transcrição, de acordo com o art. 16, § 2º, do Dec. Lei 58/1937.

Sucumbentes, condeno os réus ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10 % do valor da causa.

Transitada em julgado, expeça-se o competente mandado, instruindo-o com cópia desta sentença.

Oportunamente, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 15 de janeiro de 2018.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**